

ATA N.º 20/XIII/2023

Reunião Pública de 25/10/2023

Aos vinte e cinco dias do mês de outubro do ano dois mil e vinte e três, no Salão Nobre do Edifício Sede do Município, pelas quinze horas, reuniu a Câmara Municipal da Moita, sob a Presidência do Sr. Presidente Carlos Edgar Rodrigues Albino e com a presença dos Srs. Vereadores Daniela Jorge Pinheiro Casimiro, Sara Daniela Rodrigues e Silva, Pedro Miguel Dias Pinhal, António Carlos Pedrosa Pereira, Vivina Maria Semedo Nunes, Anabela da Cruz Ramalho Fidalgo Rosa, Ivo Manuel Pereira Pedaço e João Miguel da Silva Romba.

Declarada aberta a reunião pelo Sr. Presidente, foram discutidos os pontos infra indicados de acordo com a Ordem do Dia, previamente distribuída por todos os membros.

Propostas:

1. CONTRATOS-PROGRAMA 2023 COM INSTITUIÇÕES SOCIAIS DO CONCELHO
APOIO DESENVOLVIMENTO ATIVIDADES E OBRAS DAS ENTIDADES SOCIAIS DO CONCELHO 19
- 2 - A. CONTRATOS-PROGRAMA 2023 COM ASSOCIAÇÕES CULTURAIS, DESPORTIVAS E CIDADANIA 20
- 2 - B. CONTRATOS-PROGRAMA 2023 COM ASSOCIAÇÕES CULTURAIS, DESPORTIVAS E CIDADANIA 22

Foi seguidamente dado início ao Período de Intervenção do Público

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Sr. João Martins – Disse que “o assunto que nos traz, novamente, aqui é a Quinta do Quadrado, portanto, a minha intervenção hoje é, também, em representação dos moradores da Quinta do Quadrado, um bocadinho diferente face à última comunicação, à qual agradecemos a resposta que a Câmara Municipal deu à PSP, e que esclarece sobre as problemáticas da operação do Campo de Tiro e da emissão do consecutivo alvará.

O alvará está em processo de renovação até dia seis e, mais uma vez, agradecer ao Executivo Municipal pelas questões que levantou que, pelos vistos, são da responsabilidade da PSP, da emissão do alvará e do cumprimento da legislação, no entanto, existe só uma pequena dúvida que nos surge, e que o Gabinete da Presidência respondeu e muito bem, que tem a ver com a autorização para a queda dos chumbos e dos volantes no terreno que é alvo de contrato de concessão onerosa. Isso preocupa-nos muito, para já, por uma questão ambiental e por uma questão de saúde pública, que advém da própria recolha desses mesmos chumbos. Chumbo, altamente, contaminante e todos nós, na Quinta do Quadrado, recorreremos a furos para termos água, por isso, gostaríamos, também, de ver essa questão esclarecida porque na resposta que o Gabinete da Presidência deu é de que não têm conhecimento se foi autorizado ou não.

Às questões relativas às áreas de segurança que mesmo com o terreno, pela legislação vigente, não são cumpridos os 200m das vias de circulação, esperamos nós enquanto residentes na Quinta do Quadrado, e que estamos envolvidos na comunicação que tem sido feita entre a PSP e a Câmara que sejam de facto esclarecidas estas questões, porque, volto a dizer, viver na Quinta do Quadrado continua a ser um inferno, mesmo com chuva os tiros são diários, é certo que com chuva não podemos utilizar os nossos espaços verdes, mas dentro de casa ouve-se, na mesma, porque o vento vindo de norte propaga o som e não há estudos ambientais, não há estudos de ruído, vamos ver o que é que, de facto, a PSP faz porque senão temos de recorrer a meios judiciais e, possivelmente, passará para uma Providência Cautelar, que impossibilite que o Campo de Tiro opere porque está nos limites. Nas provas do Campeonato Nacional, uns dias os calibres são mais baixos, noutros os calibres são gigantescos, seria impossível estarmos a ter esta conversa com os tiros que estão a acontecer.

Muito bem, também, a Câmara levantou a questão que no processo de alvará tem que estar especificado o tipo de armas, o tipo de calibres, o tipo de munições, mas, de facto, não temos conhecimento, não nos é cedida essa informação, aguardamos até dia seis de novembro que a PSP nos esclareça, a nós enquanto residentes e penso que, também, ao Município, que faz parte desta problemática.

E é neste intuito que resumia a minha intervenção, existem algumas questões que foram deixadas no ar, se o Sr. Presidente ou o Executivo quiser dar alguma informação extra, nomeadamente, à questão da queda dos projéteis, que está na legislação que só é autorizada num contrato de concessão onerosa, era esclarecedor porque é um dos pontos fulcrais para a emissão do alvará para a operação do Campo de Tiro.”

Sr. Paulo Caetano – Disse “Sr. Presidente venho pedir-lhe o favor de, tão breve quanto possível, fazer uma intervenção nas ruas da Quinta do Quadrado porque agora com estas chuvas ficaram completamente intransitáveis. O Sr. teve uma excelente oportunidade de meter o fresado em algumas partes, não o quis fazer, teve oportunidade de o fazer a custo zero, não o quis fazer, e nós neste momento quase não conseguimos circular na Quinta do Quadrado, ou seja, não conseguimos andar a mais de 10 ou 15km/h devido aos buracos que se abrem com a chuva e os acessos são terríveis, é só lama por todo o lado e, portanto, pedia ao Sr. Presidente que tivesse a amabilidade de mandar lá uma máquina, se não tiver a niveladora, nem que seja uma “retro” como se fazia, antigamente, com o outro Executivo que quando não tinham a niveladora porque era a Câmara de Alcochete ou de Palmela que não a podiam disponibilizar, mandavam lá uma “retro” para, pelo menos, taparem alguns buracos e para que possamos ter alguma qualidade de vida até se conseguir passar lá a niveladora.

Queria, também, perguntar ao Sr. Presidente se, depois das últimas sessões de Assembleia, já teve tempo para que, de uma forma mais tranquila, refletir sobre as questões que levantei, se já fez alguma análise jurídica, ou se pediu algum parecer jurídico sobre as questões que eu levantei acerca de quem tem, ou não, responsabilidades na Quinta do Quadrado, ou se, realmente, é como se ouve para aí dizer que o Sr. Presidente diz que não quer nem ouvir falar na Quinta do Quadrado? Nós continuamos a pagar IMI's, e não os pagamos só para financiar a Câmara, os IMI's servem, também, para pagar aquilo que são os nossos direitos e aquilo que a Câmara tem que fazer por nós, ou seja, as pessoas têm deveres, nomeadamente, o dever de pagar o IMI e, depois, tem os direitos que o pagamento do IMI lhes dão, portanto, apesar do Sr. ter dito, na última reunião de Câmara, que "até há aí moradores que têm recolhas de lixo e não pagam porque não têm água", é verdade, mas isso havia de ser um motivo de vergonha para a Câmara, ainda haver, no Concelho, moradores que não têm água potável e que a única água que têm é com recursos a furos, com águas completamente contaminadas de bactérias por uma lixeira que está nos Brejos da Moita, como deve saber as águas aqui da Moita estão completamente contaminadas de bactérias pela lixeira, e como se não bastasse a lixeira, temos ainda descargas, diárias, de toneladas de chumbo no meio do chaparral que, obviamente, vão aos níveis freáticos e é a única água que nós temos disponível para beber, portanto, o Sr. Presidente, com o devido respeito, não deve ter pensado bem porque quando me disse que há municípios que têm recolha do lixo e não pagam porque não pagam contadores de água, nós não pagamos porque não temos lá água, e esse não é um problema nosso, é um problema da Câmara porque, em pleno ano de 2023, se quisermos água potável não temos, temos de recorrer a furos, por isso, queria que me dissesse se, de facto, ponderou bem isso porque eu próprio já consultei o meu escritório de advogados, a TMA, com quem trabalho, e a opinião deles é igual à minha, quis ter uma opinião diferente que não fosse só a minha mas, a opinião de vários advogados desse mesmo escritório é unânime e exatamente igual à minha, portanto, espero que o Sr. Presidente tenha feito uma reflexão e tenha pedido algum parecer jurídico sobre este assunto.

Depois, e não querendo entrar em muitos conflitos, há uma coisa que eu não posso deixar passar em claro em relação à Sr.^a Vereadora, que julgo que é Vice-Presidente. O primeiro contacto que tivemos foi numa Reunião de Câmara e eu fiquei muito bem impressionado, tal como em todas as suas intervenções em reuniões, e ainda não mudei essa impressão que tenho a seu respeito mas, de facto, na Sessão da Assembleia Municipal fiquei incrédulo com a sua atitude porque a Sr.^a Vereadora depois do Sr. Presidente ter respondido ao meu vizinho Fernando, ainda quis reforçar dizendo: "Está gravado, e ainda bem que está gravado, e o Sr. Paulo Caetano foi muito mal educado, faltou ao respeito ao Executivo e às pessoas presentes na sala», ora, ainda bem que está gravado como a Sr.^a disse, e eu como disse, naquele dia e, volto a dizer, tenho 56 anos e sempre assumi aquilo que fiz, e sempre me retratei pelo aquilo que fiz e disse que a Câmara não respondia, ou quando respondia era com mentiras, portanto, estou disponível, quando vocês quiserem, para provar aquilo que disse, é muito fácil para mim provar aquilo que disse porque o facto de dizer uma mentira ou uma inverdade, para mim é, exatamente, a mesma coisa, para vocês pode não ser e, se calhar, vocês é que têm razão e eu não, mas o que me surpreendeu foi que na Assembleia, minutos depois, a Sr.^a não respeitou o Presidente da Assembleia, não respeitou ninguém dentro daquela sala, ou seja, minutos antes tinha-me acusado de ter faltado ao respeito ao executivo da Câmara e às pessoas presentes e, na minha opinião, se calhar estou a ver mal, a Sr.^a faltou ao respeito a todas as pessoas dentro daquela sala.

O Sr. Presidente interrompeu dizendo "Sr. Paulo Caetano, eu não quero de modo nenhum cortar-lhe a palavra, só para o informar que as pessoas quando se inscrevem e, está no Regimento, dizem os assuntos sobre os quais vêm fazer a sua intervenção, e o Sr. já falou sobre o tema da Quinta do Quadrado, se quiser dizer mais alguma coisa a respeito desse assunto teremos toda a tolerância, porque estão, apenas, três pessoas inscritas, para o podermos ouvir ainda mais um pouco, se nada mais houver a dizer relativamente ao assunto para o qual se inscreveu, eu agradecia.

Sr. Paulo Caetano – Disse que “a sua atitude responde a tudo, até porque eu, praticamente, já tinha concluído o que tinha para dizer em relação à Sr.^a Vereadora, e continuo a dizer que tenho uma boa imagem sua, mas acho que foi um momento mau da sua parte.

Relativamente à Quinta do Quadrado, já estiveram marcadas duas reuniões, não fomos nós que as marcámos, foi a Câmara, nomeadamente, a Sr.^a Arq.^a Rita, e foram ambas desmarcadas. Surpreende-me o facto de uma delas ter sido desmarcada logo após a reunião de Câmara do mês passado e a Sessão da Assembleia, não sei se isso tem alguma coisa a ver, ou não.

A primeira foi desmarcada e adiada para dia 10, e depois foi desmarcada sem data à vista, não sei se isto é alguma represália por o que se passou na Assembleia, ou na Reunião de Câmara, eu tenho a minha opinião e os Srs. darão a resposta que é óbvia, mas, de qualquer das formas, não há data à vista. Dizem que estão a trabalhar no assunto, mas as coisas continuam a não surgir e as reuniões continuam a ser, sucessivamente, adiadas, portanto, parece não haver uma grande vontade, da vossa parte tal como dizem, em resolver as coisas.

Gostaríamos também de saber o porquê da primeira alteração da data da reunião com a Arq.^a Rita, e depois a desmarcação sem data à vista e porque é que não se marca novas reuniões.”

Sr. José Santos – Disse que “as minhas questões são as seguintes: na rua onde eu habito continua o esgoto a céu aberto, continua a estrada sem alcatrão, com estas chuvas está quase intransitável e parte as suspensões dos carros.

Para além disso, também, queria saber o que se passa com os resíduos sólidos, uma vez, que se paga mais de resíduos sólidos do que de água e isto é impossível, é uma vergonha, entregaram aos privados para quê? Para sermos nós a pagar? Então se calhar o melhor, é quem tem água deixar de a ter para não pagar.”

Sr. Presidente – Disse que “em relação ao exposto pelo Sr. João Martins, tenho aqui as respostas que foram dadas à PSP, sempre disse que a Câmara Municipal é uma pessoa de bem, e como pessoa de bem que é pauta-se pelo cumprimento da legalidade, ou seja, sempre dissemos que os responsáveis pela emissão do alvará era a PSP, até aqui nada de novo, a PSP fez-nos um conjunto de questões e nós respondemos dentro da legalidade, nada a acrescentar, portanto, respondemos de forma clara e objetiva.

Relativamente ao contrato, será disponibilizado para consulta no espaço do cidadão, onde mediante agendamento e marcação podem vir consultá-lo, visto os documentos serem de acesso público, e não há aqui nada a esconder.

Não me levem a mal, eu vejo agora e aqui assinalada a vontade de voltar a intervir, mas eu sou muito pelo cumprimento das regras do Regimento e do cumprimento do normal funcionamento deste Órgão, por isso, se houverem mais questões a colocar no seguimento das respostas dadas podem sempre fazer uma de duas coisas, ou aguardam e no final se a reunião acabar em horário que ainda seja proveitoso para os senhores terei disponibilidade para reunir e esclarecer um ou outro ponto, deixando desde já claro que o contrato ficará disponível para consulta que era a questão que ficava.

Relativamente às demais questões da Quinta do Quadrado e do Campo de Tiro, a PSP fez-nos umas perguntas e nós respondemos dentro do enquadramento legal e vamos respeitar, não somos infalíveis, mas fazemos tudo para cumprir.

A Câmara Municipal não tem nada, nem contra, nem a favor da instalação deste ou de outro equipamento desde que cumpra as questões legais, porque isto não é uma questão de gosto, as instituições fixam-se nos locais, cumprem as regras para lá se estabelecerem e permanecerem e a Câmara não é por gostar mais, ou gostar menos que autoriza e, neste caso, nós respondemos às questões da PSP e é a eles que cabe fazer a emissão do alvará.

Relativamente às questões colocadas pelo Sr. Paulo Caetano, em primeiro lugar deixar claro que a Câmara tem uma atividade programada e as pessoas têm atividades programadas e, aquilo que sempre acordámos aqui nestas reuniões, e a Câmara Municipal acordou com os municípios, foi feito, mas o Sr. João Martins e outros estavam na reunião onde eu disse que a estrada que seria

responsabilidade da Câmara avançava este ano já com aquele tipo de intervenção e que, em seguida, ficaria já agendada a repavimentação, foi o que disse, e nada mais. Foi o comprometimento, naquela reunião privada, com muitas testemunhas, foi aquela estrada e nada mais além daquela estrada e, foi só aquela porque identificámos que a mesma, no âmbito do cumprimento do alvará de loteamento, o documento que estava em cima da mesa, que seria a única que competiria, à Câmara Municipal, fazer e todos concordámos com isso.

Eu disse que a Câmara faria aqueles melhoramentos, no imediato, e que no futuro faria a repavimentação, portanto, foi isso que foi acordado, e a Câmara, enquanto instituição, é uma pessoa de bem e cumpre, exatamente, aquilo que se compromete com os munícipes, no entanto, compreendo e é natural, que os munícipes ao verem este empenho, esta predisposição da Câmara Municipal para fazer um conjunto de intervenções queira aproveitar o embalo e a oportunidade para fazer mais umas quantas, essa vontade e esse querer é legítimo por parte dos munícipes, mas a Câmara para se comprometer e para poder cumprir com a palavra que dá é porque sabe até onde pode ir e aquilo que pode fazer e não promete aquilo que, à partida, não tem certezas, ou garantias de conseguir cumprir, por isso, ficou visto, naquela reunião, que aquela estrada era da nossa responsabilidade e que as outras não o eram, assim, a referida estrada seria feita pela Câmara Municipal e a outra seria feita pelos moradores da Quinta do Quadrado e isso foi..."

O Sr. Presidente foi interrompido, por diversas vezes, pelo Sr. Paulo Caetano, tendo este lembrado ao munícipe que conforme a nota n.º 2 do documento que assina, antes de entrar na sala de reuniões, não pode intrometer-se nas discussões, agradecendo ao munícipe que não interrompesse mais a reunião e que respeitasse, os Srs. Vereadores, o público presente, bem como, aquele que assiste a partir de casa e que houvesse um bocadinho de urbanidade no espaço da reunião.

Sr. Presidente - "... continuando o que eu estava a dizer, relativamente à questão da repavimentação da Quinta do Quadrado, nada mais há a acrescentar relativamente a essa matéria, se for necessária alguma ajuda dos nossos serviços, ou algum acompanhamento para definir quais são as áreas de pavimentação e quais são as áreas de passeios, ou alguma outra questão ..."

Tendo, novamente, o munícipe interrompido a reunião o Sr. Presidente solicitou que este se retirasse da sala para poder continuar a reunião.

Sr. Presidente - Disse "bem, face ao exposto, em devida oportunidade responderei a estas e outras questões, uma vez que eu estava a responder e visto ter sido interrompido, novamente, julgo que não há condições para dar mais respostas às questões que este cidadão colocou.

Passando às questões colocadas pelo Sr. José Santos, relativamente à Rua 1º de Maio, na Broega, o que posso, desde já, dizer é que podemos deslocar-nos ao local para ver o ponto de situação e ver qual é a melhor maneira de, neste caso, primeiro analisar e depois tentar encontrar soluções para a questão que aqui coloca. Se for como diz, a todos deve preocupar e, recentemente, pedimos um empréstimo de 2.900.000,00€ para acorrer a um conjunto de situações, não sei se esta situação que refere estará, ou não, abrangida por este empréstimo, deixando claro, que as intervenções serão feitas e estão previstas, independentemente, do número de pessoas que moram na localidade, e estamos a falar da Brejoeira e de outros locais que não são densamente povoados, mas não deixam de ser moradores do Concelho da Moita, e são situações que urgem resolver.

Tendo saído o Sr. Paulo Caetano da sala, como lhe havia solicitado, e volvidas as questões de paz, tranquilidade e urbanidade a esta reunião, quero dizer que relativamente aos moradores da Quinta do Quadrado, vamos ver se as estradas não estão em condições e faremos da mesma forma que se faz em todos os outros caminhos rurais, ou seja, estradas que não estão arrançadas, vamos ver se há condições para se fazerem esses reparos.

Relativamente às reuniões, serão marcadas para breve, devendo ser enquadrados os assuntos específicos a serem tratados, ou seja, se for a estrada que compete ser arranjada pelos moradores da Quinta do Quadrado, a Câmara Municipal cá estará, juntamente com os seus técnicos, para fazer o acompanhamento técnico dessa situação, em virtude de que há disponibilidade financeira e vontade da vossa parte, a Câmara será um parceiro, certamente, não do ponto de vista financeiro, mas do ponto de vista técnico cá estaremos para auxiliar.”

Sr. Vereador Ivo Pedaço – Disse que “gostaria de referir algumas questões, mas, também, responder ao assunto que o Sr. João Martins expôs. De facto, o Campo de Tiro, segundo pesquisa que fiz, existe um Decreto Regulamentar que é o n.º 4/2021, de 26 de julho, em que na alínea g) menciona que devem ser impermeabilizados os solos para não contaminar os lençóis hídricos, ou os recursos hídricos no subsolo, como é algo que penso que não esteja feito, apesar daquele Campo de Tiro ser bem antigo, penso que deve respeitar, pelo menos, estas normas.

O Sr. Presidente diz que não é da competência da Câmara a verificação, também, acho que não é competência da PSP, portanto, alguém tem que o fazer e, possivelmente, terá que ser, mesmo, a Câmara, mas é uma questão que deixo à consideração do Sr. Presidente. Neste ponto de situação, devido à contaminação, como foi referido aqui, deve ser feita a verificação se este Decreto-Lei pode ser posto em prática naquela situação.

Em relação às estradas, lamentavelmente, não é só na Quinta do Quadrado, existem muitas estradas que, infelizmente, necessitam de intervenções como, por exemplo, aquela que o Sr. José Santos alertou que se situa perto da sua habitação, onde existe um esgoto a céu aberto que ainda não teve o tratamento devido, apesar de já se arrastar há muitos anos, pois já vem do anterior Executivo, mas este Executivo, pelos vistos, vai fazer uma parte da estrada, mas as outras não tem capacidade financeira para o fazer, possivelmente, deve ser isso, no entanto, estou convicto que conseguirá fazer o mesmo que fez na estrada da Barra Cheia, junto ao Grupo Folclórico, onde colocou os excedentes de alcatrão que vieram da intervenção da auto estrada, espero que, pelo menos, consiga fazer essa parte.”

Sr.ª Vereadora Sara Silva – Disse “respondendo ao Sr. Paulo Caetano, ainda que não faça parte desta Ordem de Trabalhos, e que seja uma reunião completamente diferente, vir para aqui com uma questão que se passou na Assembleia Municipal, ainda assim, tenho muita pena de considerar que foi um mau momento da minha parte, mas, de facto, esse mau momento não existiu, uma vez, que eu não estive em incumprimento, em momento algum, e, apenas, esclareci aquilo que havia para ser esclarecido. Já em relação aquilo que disse, por falta de respeito, não vamos falar de falta de respeito porque, ainda hoje, pensava que viesse aqui numa atitude, como quando começou a intervir, ou seja, uma atitude pacífica e de quem quer ser esclarecido, mas, infelizmente, descambou, um bocadinho, e já tive oportunidade de falar com o Sr. Paulo Caetano, noutra reunião, em que esta teve que ser interrompida, precisamente, por causa do comportamento que teve e o Sr. Presidente interrompeu-a e, nesse momento, eu falei consigo lá fora e a conversa foi bem esclarecedora, e de certa forma acatou e compreendeu que estava a ser inconveniente.

Em relação ao que o Sr. Vereador Ivo Pedaço referiu, sobre a queda do chumbo, tenho aqui o parecer que demos à PSP, em que numa das alíneas da resposta consta que “os responsáveis pelo Campo de Tiro devem assegurar o cumprimento das normas técnicas de conduta e segurança previstas no presente regulamento e a PSP enquanto entidade licenciadora deve igualmente fiscalizar o cumprimento das mesmas”.

PERÍODO ANTERIOR À ORDEM DO DIA

O Senhor Presidente apresentou para conhecimento:

- A Posição Atual do Orçamento da Receita e a Posição Atual do Orçamento da Despesa Económica do presente ano, assim como o Resumo Diário da Tesouraria.

Foram aprovadas por unanimidade, dos presentes nas respetivas reuniões, as seguintes atas:

- Ata nº 02/XIII/2023, de 16/02/2023;
- Ata nº 06/XIII/2023, de 27/03/2023.

Pelo Sr. Presidente foi solicitada a alteração da Proposta n.º 277/XIII/2023, da Ordem do Dia, tendo a mesma sido desdobrada em duas, passando a constar as Propostas n.ºs 277-A/XIII/2023 e 277-B/XIII/2023, uma vez que a Sr.ª Vereadora Vivina Nunes, por pertencer aos Órgãos Sociais da Associação de Geminação da Baixa da Banheira, não poderia votar o respetivo apoio, ao que todo o executivo anuiu.

De seguida o Sr. Presidente deu a palavra aos Srs. Vereadores que manifestaram a intenção de intervir no Período Antes da Ordem do Dia.

Sr. Vereador Ivo Pedação – Disse “tenho algumas questões que gostaria que me fossem respondidas, se fosse possível, nomeadamente, na última Assembleia Municipal foi apresentada uma Moção pela falta de manutenção das escolas, pelo Deputado Independente Bruno Mendes, a qual foi reprovada pelo PS, com a desculpa que estão a ser feitas intervenções, por parte dos executivos das Juntas, nas escolas. No entanto, com as primeiras chuvas ocorreram problemas em várias salas de aula, tal como nas salas da educação especial e não é digno, para ninguém, estar dentro das salas com chuva a cair, por isso, pergunto ao Sr. Presidente, se são só as Juntas de Freguesia, com os poucos recursos de que dispõem, que estão a fazer a manutenção das escolas, ou se a Câmara tem algumas equipas alocadas a fazerem, também, este trabalho.

Continuando no tema da educação, há cerca de 2 anos foi aprovada, em reunião de Câmara, uma proposta, apresentada por nós, que conferia Bolsas de Mérito e que, até agora, não foi concretizada, penso que, com as dificuldades que as famílias do Concelho continuam a passar seria uma boa ajuda, certamente, receberem mensalmente essa bolsa, portanto, pergunto para quando a concretização dessa proposta?

Sr. Presidente, como somos um Concelho com muitas famílias no limiar da pobreza, muitas delas têm carros inferiores a 2007, por não terem meios de adquirir viaturas mais modernas, não posso deixar de salientar a medida que o Governo, do mesmo Partido do Sr. Presidente, quer impor mais um aumento brutal no Imposto Único de Circulação, retirando às famílias, deste Concelho, mais poder de compra.

Outro ponto que me preocupa é o caos que o Governo, do seu Partido, tem conseguido trazer ao Sistema Nacional de Saúde, ou seja, temos vários Centros de Saúde que estão sem médicos e muitos cidadãos deste Concelho têm que estar à porta dos Centros de Saúde, de madrugada, para conseguirem vaga para uma consulta e penso que não é certo, muitos cidadãos da Moita continuam sem médico de família, algo que o Primeiro-Ministro, que pertence ao seu Partido, prometeu resolver.

Nas urgências do Hospital do Barreiro têm existido algumas dificuldades no atendimento aos seus utentes, longas horas de espera tornam-se num martírio para os utentes, portanto, pergunto se têm estado em contacto com o Ministério da Saúde para tentar resolver os problemas da falta de médicos. A última questão é que, na última Reunião de Câmara, houve uma proposta que foi retirada, pergunto qual o ponto da situação pois pensava que viria a esta reunião, era acerca de uma empresa que viria fazer a recolha seletiva de têxteis.”

Sr.^a Vereadora Vivina Nunes – Disse “Sr. Presidente, fomos contactados por uma munícipe que nos colocou uma questão para a qual não temos resposta e, portanto, vamos colocá-la, aqui, uma vez que, pelo que a munícipe escreveu no e-mail, teria escrito para o sector da educação e não obteve resposta, sendo que o assunto tem a ver com as CAF's e com o seu valor.

A Senhora, identificou-se no e-mail como sendo Encarregada de Educação de um aluno e que o mesmo estaria, neste momento, a pagar 60€, e queria, “perguntar à Câmara Municipal se não poderia haver uma parte da manhã e outra da parte da tarde”, e eu só estou a ler o que a Senhora escreveu, não estou a omitir a minha opinião.

Agora sim, uma pergunta minha que tem a ver, também, com o preço das CAF's, ou seja, que eu me lembre, no ano passado votámos, aqui, um protocolo com as duas associações, uma é associação e uma IPSS, que estão a assegurar as CAF's no nosso Concelho e, nesse primeiro contrato vinha o preço das CAF's para cada criança que a utilizasse, e era no valor de 50€, este ano, quando os protocolos vieram, a reunião de Câmara, para o mesmo efeito, não vinha qualquer preço, e soubemos por esta Encarregada de Educação que o valor era de 60€. O que eu pergunto é, se não terá que ser a Câmara a fazer o preço? Se sim, porque é que não veio a reunião de Câmara? Ou se fica ao critério das instituições que fazem este trabalho colocar o preço das mesmas?

Ainda sobre a Educação, gostaria de saber, e se não tiverem a informação, o que é perfeitamente perceptível, agradeço que nos façam chegar, quais as candidaturas que estão efetuadas e submetidas na área da Educação, quer no PRR, ou mesmo, já, no 20/30 e se já têm isso elencado?”

Sr. Presidente – Disse que “começando pela questão que o Sr. Vereador colocou sobre a Moção apresentada, pelo Deputado Municipal Independente, a respeito das obras de manutenção nas escolas, quero dizer que desde que começamos este mandato o que mais temos feito são obras de manutenção nas escolas, depois há uma questão que importa clarificar, e que é de muitíssima importância que fique esclarecido, é que a Câmara Municipal da Moita, este Executivo, e todos os Vereadores aprovaram porque teve que vir primeiro a Reunião de Câmara e só depois é que foi à Assembleia Municipal, no Protocolo de Delegações de Competências para as Juntas de Freguesia foi feita uma coisa inédita, que mais nenhum dos 307 municípios do País fez, que foi atribuir às Juntas de Freguesia 75% da verba que recebeu da Transferência de Competências para Manutenção do Edificado, ficando apenas com 25%, por isso, é que as Juntas ganharam uma capacidade de alavancagem e de fazer obras nas escolas, e ainda bem, porque isto é um trabalho de parceria entre Câmara e as Juntas, ficando a Câmara apenas com 25%, o que se traduz numa verba, para a Câmara Municipal de apenas de 120.000,00€, tendo ficado o conjunto das quatro Juntas de Freguesia com, aproximadamente, 500.000,00€ para fazer obra, ou seja, isto é significativo e diz muito da nossa forma de trabalhar em parceria, trabalhar em rede e com proximidade porque acreditamos que são as Juntas de Freguesia que estão mais próximas das escolas, para se poderem deslocar ao local e testemunharem as situações que no dia a dia acontecem e que estejam previstas no Protocolo.

Desta forma a Câmara Municipal atua sozinha, ou em parceria com as Juntas, nas obras que consideramos prioritárias porque é do nosso dever e da nossa responsabilidade fazer algumas opções políticas e é dessa forma que o fazemos. Por isso, foi construída, na Escola n.º 1 da Baixa da Banheira, a sala que há muitos anos era pedida por todos e que agora vai ser equipada para que as crianças e os professores tenham melhores condições naquela escola centenária. A obra já foi executada e já foi publicitada, é do conhecimento público, e uma vez que o ano letivo já começou esta sala poderá, agora, já ser utilizada.

De igual forma, foi feita uma sala similar em Alhos Vedros, mas desta feita foi a Junta de Freguesia de Alhos Vedros a tomar essa iniciativa. A Câmara Municipal da Moita mandou colocar a iluminação para a escola José Afonso, em Alhos Vedros, arranjou os acessos e vai lá colocar balizadores para seccionar o espaço, para que os alunos se possam deslocar à escola em segurança.

Também fizemos obras, de monta, na Escola Secundária da Moita em parceria com a Junta de Freguesia da Moita, onde os valores foram divididos entre ambos. Na Escola D. Pedro, a Câmara Municipal assumiu, por inteiro, a responsabilidade da substituição integral da rede de abastecimento

de água que não era trocada há anos e que as fotografias mostram que a secção do tubo, na sua maioria, estava comprometida, tal não era a quantidade de ferrugem que existia dentro daquelas canalizações, e era dito às crianças que a água das torneiras não estava própria para consumo, ou seja, os nossos alunos agora já podem beber água das torneiras, em segurança, portanto, estes são alguns exemplos de algumas intervenções que foram feitas nas escolas, mas houve pinturas, requalificação de espaços e outras intervenções.

Como calcula, o que o Sr. Vereador está a fazer referência é a uma situação climática extrema, em que em alguns momentos, teve rajadas de vento de 75 Km/h, e nalguns pontos de 100km/h, e é normal que nessas circunstâncias as coberturas dos edificadros escolares sofram estragos, vistos serem condições climatéricas extremamente adversas, e a responsabilidade das autarquias é, quando está bom tempo, fazerem a vistoria dos espaços para que sejam feitas as intervenções necessárias, como por exemplo, limpar folhas e ramos que possam entupir os algerozes e substituir telhas partidas que possam vir a provocar infiltrações, portanto, ia-se, neste caso, aprovar um documento para fazer algo que a Câmara faz de forma constante e não precisamos que ninguém nos venha lembrar quais são as nossas responsabilidades e o trabalho que, na prática, já estamos a fazer. Eu acredito, até, que aquele documento aparece por desconhecimento do trabalho que está a ser feito, mas teremos todo o gosto em disponibilizar as múltiplas intervenções que estão a ser feitas nas escolas, que em muitos casos não estamos circunscritos aquilo quem têm sido as transferências, é sempre que há necessidade de fazer essas intervenções, porque a melhoria dos acessos não decorre das transferências e nós estamos a fazê-lo, para responder às necessidades de toda a comunidade educativa, como um todo, mas, por exemplo, as acessibilidades não estão inscritas na delegação de competências e mesmo assim estamos a fazer as intervenções.

Relativamente às Bolsas de Mérito, eu poderia responder a essa situação, mas deixo ao Sr. Vereador António Carlos Pereira para responder, com maior profundidade relativamente a este tema.

No que se refere às questões que não são da nossa área de competência, que são da competência, única e exclusiva do Governo, não vou falar porque este não é o local próprio para fazer esse debate, ou seja, cada um responde por aquelas que são as suas responsabilidades mas, desde já, lanço o desafio se alguém quer discutir esse tipo de assuntos, o que tem de fazer é procurar estar noutros espaços onde esse debate se possa fazer e onde tenha consequências porque aqui vou-me circunscrever aquelas que são as nossas responsabilidades na Câmara Municipal.

Relativamente aos Centros de Saúde, e às considerações que fez, tenho a dizer que, recentemente, falámos com os médicos e aquilo que nos pedem, nos nossos Centros de Saúde, são melhores condições de trabalho e é isso que lhes estamos a proporcionar.

No ano passado, ainda não era da nossa competência, mas a ARS fez-nos um pedido para fazermos uma pequena intervenção no Centro de Saúde da Baixa da Banheira, fizemos, de imediato a intervenção, demos um apoio aos profissionais de saúde e temos feito esse acompanhamento de proximidade e para ultrapassar alguns boatos que circulam e acabam por desmotivar as equipas médicas, os profissionais de saúde foram convidados a fazer uma visita às obras do novo Centro de Saúde, ver o andamento das obras e falar com o Diretor Técnico da obra, para que ouvissem, diretamente, deste a forma como se estão a desenvolver os trabalhos por forma a não desmobilizarem, e outra coisa que motiva os profissionais de saúde é terem melhores condições nos seus locais de trabalho e esse é o nosso objetivo.

Da mesma forma que já existe um projeto para o parque de estacionamento, na envolvente do Centro de Saúde, em Alhos Vedros, esse trabalho está a ser efetuado e, da mesma forma que já está a ser feito, e desenvolvido, um procedimento para melhorar a envolvente do estacionamento do Centro de Saúde "Querer Mais" do Vale da Amoreira, portanto, são estas as condições que proporcionamos aos nossos médicos que tornam o nosso espaço mais atrativo.

Tivemos, recentemente, uma reunião onde foi assumido, por parte da Câmara Municipal, um conjunto de intervenções e melhoramentos que visam proporcionar, aos nossos médicos, melhores condições naquilo que é responsabilidade da Câmara Municipal e acredito que isso, também, nos ajuda a fixar médicos no nosso Concelho, portanto, é esta a nossa forma de estar e de trabalhar, e tanto mais os

GA
SB

médicos têm condições de trabalho, se os nossos “antigos” Centros de Saúde passarem para unidades USF’s porque nestas unidades todas as pessoas são atendidas, independentemente de terem, ou não, médicos de família, e isso, também, se vai refletir no valor que os médicos, que lá irão trabalhar, auferem, e, digo-vos que é significativo. Um médico que trabalhe numa USF comparado com um médico que trabalhe num Centro de Saúde, ou seja, se esta unidade for de Modelo A, auferem um valor superior, se for Modelo B, ainda é melhor e posso lhes dizer que o Centro de Saúde do Vale da Amoreira já passou para Modelo B, ou seja, fruto do esforço e da vontade daqueles profissionais porque tem que obedecer a um conjunto de métricas, ou seja, atendimentos, consultas, exames, rastreios e para quem é utente daquele Centro de Saúde sabe a dedicação daqueles profissionais e que acredito que é transversal a outras Unidades de Saúde, mas não estamos só a falar disso, estamos a falar de outras intervenções que, como a Câmara Municipal, por ter, já, a competência dos Centros de Saúde está a desenvolver, situações que foram identificadas como necessárias e, como a responsabilidade já está do lado da Câmara e já temos a verba para fazer essas mesmas intervenções, iremos fazê-las, no entanto, a Sr.^a Vereadora Anabela Rosa, depois, pode explicar mais pormenorizadamente esta questão dos Centros de Saúde.

Sr. Vereador António Pereira – Disse que “a primeira questão relativamente à Moção e às condições do Pavilhão da Mouzinho da Silveira, vou passar, para já, esta resposta porque, antes de vir para a reunião estive a articular com os serviços sobre esta questão que apresentaram, portanto estou a aguardar a informação porque o documento que iria trazer para a reunião, acabei por o entregar para os serviços prepararem formalmente a resposta.

Entretanto, vou responder à segunda questão que tem a ver com aquilo que aconteceu na passada quinta-feira, foi uma situação anormal, o Sr. Presidente já falou acerca disso, houve algumas escolas que tiveram incidentes e, conseqüentemente, a necessidade de se fazer intervenções na sequência daquela que foi uma situação climatérica atípica, com uma grande quantidade de chuva, que teve interferência não só com aquelas três escolas do Município, e estamos a falar da Escola Básica e Jardim de Infância de Alhos Vedros, a Escola n.º 1 da Moita e da Escola do Penteado, estas eram as três escolas que foram identificadas com necessidade de terem uma intervenção, rápida e urgente, quer das Juntas de Freguesia, quer das próprias equipas da Câmara, que avaliaram e viram qual a forma mais rápida de resolver os problemas.

No caso da escola onde a situação foi mais grave, que foi na Escola Básica e Jardim de Infância de Alhos Vedros, situada na Quinta da Fonte da Prata, que, até, é uma das escolas que tem o edificado mais recentes mas estava com problemas em várias salas, portanto, os problemas foram identificados no próprio dia, e no dia seguinte as equipas técnicas juntamente com a equipa de Obras e Projetos, estiveram a fazer a apreciação para ver se haveria condições, ou não de continuar a funcionar as salas do pré-escolar e do ensino básico, e a conclusão a que chegaram foi que não podia funcionar, na sua totalidade mas, uma vez que havia pais que não podiam ficar com as crianças, criaram-se alternativas, ou seja, reuni com as equipas do Município, com os responsáveis pela Escola e tínhamos, alguém especializado, para fazermos a avaliação do risco e para que se arranjasse, rapidamente, uma solução. Percebemos, e eu subi ao telhado, que o problema era no telhado do edifício e, ainda sem o relatório de uma avaliação mais rigorosa, verificou-se que as caleiras estavam preenchidas com bolas e pacotes de leite, entre outras coisas, mas, o principal problema era que havia algumas fissuras nas telhas, e outras não estavam no seu sítio o que fez com que se formassem bolsas de água. Fizemos logo, no momento, uma pequena intervenção e assegurámos que estavam reunidas as condições para abrir aquela escola na sexta-feira, mas só foram abertas algumas salas e garantiram-se, também, as refeições, portanto constatámos que têm que se fazer melhoramentos nesta escola, estando já, neste momento, a ser feita uma avaliação e será, intervencionada, rapidamente.

Quero, também, reforçar a intervenção das Juntas de Freguesia, nas Escolas, porque estiveram sempre próximas dando contributos e ajudando nas soluções, portanto, com os contratos interadministrativos reforçaram-se as Juntas de Freguesia, mas pretendemos dar mais meios para que sejam criadas

condições nas Juntas por forma a poderem fazer o que fizeram no dia do temporal, que foi estarem junto dos trabalhadores do Município para ajudarem a resolver as situações.

Com base nestes contratos e nos valores que estão disponíveis para serem aplicados nestes contextos escolares, vamos fazendo uma a uma, cada intervenção com a finalidade de fazer melhoramentos nas escolas tendo sempre em atenção aqueles que possam mostrar mais urgência.

Quanto às Bolsas de Mérito, este ano já estivemos com um parceiro, com o Rotary Club, associámo-nos ao seu projeto para que em conjunto pudéssemos atribuir as Bolsas de Mérito. Estivemos em junho a atribuir as Bolsas, juntamente, com este parceiro, que é um projeto dos Rotary Club, mas que nós sempre fomos dizendo que estava no nosso programa político e continua a lá estar inscrito, não dissemos que teria de acontecer no primeiro ano, portanto, nós estamos no caminho, a criar condições para que no próximo ano já possamos, até, reforçar estas Bolsas, para mais jovens poderem ter este apoio, esta compensação para que possam dar continuidade aos seus percursos, aos seus projetos de vida.

Relativamente à questão da Moção, estava a aguardar porque não consigo dizer, no momento, mas vamos dar-lhe uma resposta formal.

Do Pavilhão Mouzinho da Silveira, a resposta que nós temos, de quem faz a gestão dos pavilhões desportivos, sobre as infiltrações, e a Moção apresentava questões de higiene, grafitis nas paredes, estamos a fazer essa apreciação, mas o que podemos dizer relativamente às infiltrações, que é uma das questões que era colocada, é que não são infiltrações mas têm a ver com condensação que em tempos mais húmidos pode ocorrer, portanto, será necessário fazer um levantamento mais pormenorizado e a resposta será dada após essa apreciação, onde depois será, também, elaborado um relatório, pela Divisão que gere estas questões, que lhe faremos chegar.

Respondendo à Sr.^a Vereadora Vivina Nunes, e em relação ao e-mail enviado pela munícipe que não foi respondido, sobre o funcionamento de uma CAF e o pagamento de uma AAAF, peço-lhe se nos pode fazer chegar, uma vez que penso que não recebemos, para que possamos identificar uma vez que, neste momento, temos em funcionamento dezasseis CAF's ,em vários estabelecimentos de ensino, portanto, temos que conseguir identificar, exatamente, qual é a CAF e o seu funcionamento porque depende da identificação das necessidades feitas pelos encarregados de educação, no estabelecimento de ensino em questão, só assim poderemos dar uma resposta porque temos de fazer um levantamento para perceber o que de facto aconteceu.

Acerca da atribuição dos valores que passarem de 50 para 60€, quero dizer que estes são contratos interadministrativos, na delegação de competências naquilo que tem sido feito com as escolas, e que já teve diferentes modalidades em termos daquilo que são os contratos da delegação de competências, e, portanto, esta é uma, que é a escola a tempo inteiro e que tem três modalidades que são as AEC's, as CAF's e as AAAF's., portanto, nesta medida de Apoio à Família, sendo três e tendo uma componente, na descentralização do pacote financeiro de apoio a esta subsidiariedade para a resposta e para a solução, ela, também, é identificada com a possibilidade, para este novo ano letivo, as três respostas ficarem com dois parceiros, que já foram identificados e que tem as respostas, portanto, no caso das AEC's são gratuitas para as famílias, no caso das AAAF's há um levantamento que é feito com base na situação socioeconómica do agregado familiar de acordo com os escalões, numa resposta que pode ir de 6,50€ até ao máximo de 65€, no caso das CAF's, não tem componente financeira mas, tentámos encontrar junto dos nossos parceiros um valor, que por proposta, recaiu nos 60€, mas que é de segunda a sexta-feira, ao início da manhã e ao final da tarde e, também, em alguns períodos quando há interrupções letivas, nomeadamente, no Natal, nas férias do Carnaval, entre outras, portanto, tem esta componente, desta valor, que é uma comparticipação, por parte dos pais, para podermos dar esta solução e foram muitos os que demonstraram vontade em se associar a esta modalidade que, neste momento, já conta com 350 crianças.

Quanto às candidaturas e às escolas, em sede de PRR, é reforçar aquilo que nós já fomos apresentando, ou seja, neste momento temos cinco escolas que estão em acordo setorial, escolas 2/3 e secundárias, que estão integradas e planificadas como escolas de intervenção prioritária, são escolas P2 e, neste momento, já temos cinco projetos que até 2033, quem estiver no executivo, pode ter aqui

uma planificação de fazer a intervenção de requalificação do edificado e que estamos a falar da Escola Secundária da Baixa da Banheira, da Escola José Afonso, da Escola D. João I, que não estava inscrita neste projeto e passou a estar, ou seja, conseguimos negociar mais uma escola, e a Escola Fragata do Tejo também está incluída. Neste momento, estamos em sede de fazer a planificação e a preparação para as Grandes Opções do Plano para 2024, estamos a orçamentar e a identificar qual destas escolas será, já, contemplada com uma intervenção, a curto prazo. A Escola José Afonso depois de uma apreciação e pertencendo ao grupo das escolas prioritárias, acreditamos que possa ser esta a ser intervencionada mais rapidamente, pois tem necessidades urgentes de há vários anos, na rede de abastecimento de águas, nos esgotos e outras e desta forma poderá ter outras perspetivas tendo uma planificação a outro nível.”

Vereadora Anabela Rosa – Disse que “respondendo ao Sr. Vereador Ivo Pedação, relativamente aos médicos de família, é sempre um assunto abordado quando temos oportunidade de reunir com os responsáveis pela área da saúde, sendo que, aqueles que mais, diretamente, contactamos por via da transferência de competências na área da saúde, é com o ACES e com a ARSLVT, sendo que este problema dos médicos é um problema grave, extensível a toda a Área Metropolitana de Lisboa que, realmente, temos que tornar a nossa zona apelativa para a colocação de profissionais de saúde, esperamos que, agora, com a conclusão das obras do novo Centro de Saúde da Baixa da Banheira que terá várias valências, isto seja apelativo à fixação de boas equipas, e que isso seja um motor de arranque que possa replicar o interesse na fixação das equipas de saúde no nosso Concelho, extensível até aos outros Centros de Saúde, à semelhança daquilo que já aconteceu no Centro de Saúde do Vale da Amoreira, que tem, já, implantado um modelo B, e que está a funcionar muito bem, segundo o reporte dos utentes.

Dizer, também, que relativamente à transferência de competências, estas são na área da manutenção dos edifícios e da vigilância, são todos esses contratos e recebemos, apenas, a competência a nível dos funcionários, dos assistentes operacionais. Ora, assim que nós aceitámos a transferência de competências, detetada que foi a necessidade de reforçar a equipa de assistentes operacionais, prontamente, recorreremos à reserva de recrutamento de um procedimento concursal para assistentes operacionais e colocámos três, ou seja, dois que estavam em falta e um que, entretanto, saiu e que foi, rapidamente, substituído, o que permite prestar melhores cuidados aos utentes dos Centros de Saúde e, também, fazer a condução dos veículos e as visitas domiciliárias dos enfermeiros.

Ainda assim, a Câmara Municipal tem colaborado e prestado todos os apoios, que tem condições para prestar, a nível da área da saúde, como, agora recentemente, apoiou a deslocação dos enfermeiros para a vacinação aos utentes dos lares de idosos, no Concelho, assim como, outras obras que, também, pretendemos fazer, como foi dito pelo Sr. Presidente, como o estacionamento no Centro de Saúde de Alhos Vedros, também, relativamente a este mesmo Centro de Saúde, já colocámos uma plataforma elevatória de acesso ao 1.º piso, que era um pedido que já vinha desde algum tempo, também, estamos a elaborar um projeto para melhorar as condições de segurança e vigilância no Centro de Saúde do Vale da Amoreira, entretanto também, estamos a colaborar nas iniciativas ao nível do “Outubro Rosa”, que tem a ver com a prevenção do cancro da mama e vamos, já, no dia 30, desenvolver uma sessão de sensibilização e formação associada à “Associação de Mulheres com Patologia Mamária” e, também, juntamente com a nossa equipa do Serviço de Saúde Ocupacional.

Relativamente às iniciativas que pretendemos promover junto da população, referir a Unidade Móvel de Saúde, em que temos um Protocolo de cedência dessa unidade de saúde com o ACES e com a ARSLVT, tendo já feito um ano de circulação, dessa unidade de saúde, junto das localidades de Arroiteias, Barra Cheia, Penteado e Chão Duro, foram registados 400 atendimentos, numa média de idades que ronda os 60 anos porque temos uma população envelhecida, onde este serviço permite avaliar não só os parâmetros básicos de saúde, como a tensão arterial, a glicémia e o IMC, assim como, permite ter alguma disponibilidade para falar com as pessoas, ou seja, ouvir os utentes, prestar-lhes conselhos básicos de saúde e a adesão aos medicamentos e a outros tratamentos.

Segundo a informação que temos por parte da Junta de Freguesia de Alhos Vedros, está para ser celebrado um Protocolo com a União de Misericórdias e o ACES no âmbito do projeto “Bata Branca”, que visa reforçar os atendimentos médicos aos utentes sem médico de família, embora não seja uma solução, mas é um complemento ao Serviço de Saúde.”

Sr. Presidente – Disse “quero dar duas informações que considero importantes de assinalar como muito positivas, que é a disponibilidade da Santa Casa da Misericórdia do Barreiro que está, neste momento com o projeto “Bata Branca” não só na Baixa da Banheira, como irá estender a Alhos Vedros, acho que merece uma saudação de todos, da Câmara Municipal e de todos os autarcas, a disponibilidade desta Entidade prestar este serviço, serviço esse que depois é participado pela ARS, mas é de uma enorme importância e desejava que, também, outras entidades que o possam fazer seguissem este exemplo, algumas delas sediadas no nosso Concelho se tiverem essa oportunidade porque é muito importante que a comunidade, como um todo, participe e seja parte da solução.

Como disse a Sr.^a Vereadora Anabela, este projeto não resolve todas as situações e, acredito que a par de todas as intervenções que estamos a fazer nos Centros de Saúde, e com a construção do Centro de Saúde novo, aquilo que ficou acordado com o Sr. Ministro Manuel Pizarro, foi transformar o antigo Centro de Saúde Baixa da Banheira num edifício para arrendamento, preferencialmente, para pessoas da área da saúde, o que, também, será uma marca que ajudará a tornar o nosso Concelho mais atrativo para a fixação de médicos.

O Sr. Vereador António Pereira fez-me chegar uma informação, enviada pelos nossos técnicos, relativamente ao pavilhão da Escola Mouzinho da Silveira, tendo dado nota que devido às características do edificado, ou seja, o comportamento térmico das paredes fazia com que, no Inverno a condensação, fruto da atividade desportiva, se acumulasse nas juntas, dando ideia que escorre água e que há infiltrações, e nos dias de chuva intensa, combinada com vento forte a água da chuva entra pelos respiradores, ou seja, isto é uma situação a que devemos estar atentos, é uma situação a resolver, mas que não reflete uma infiltração na cobertura, segundo a informação que temos dos nossos serviços técnicos.

A Sr.^a Vereadora Sara Silva vai responder ao Sr. Vereador Ivo Pedação, mas desde já dizer que a proposta que foi retirada, era uma proposta que visava estabelecer um protocolo com uma entidade para recolha de tecidos, para depois a sua valorização, e retirada de aterro a fim de baixar os nossos custos na recolha de resíduos e com isto responder a uma pergunta que nos foi colocada, e que peço desculpa por não ter respondido, do porquê dos custos da fatura serem tão altos, e dizer que o que está a acontecer, neste momento, é que a Câmara Municipal tomou por opção, porque havia um contrato de recolha de resíduos, de atingirmos uma taxa de cobertura nos bio-resíduos de 90%, e era impraticável atingirmos essa taxa de cobertura de custos, então qual foi a opção da Câmara Municipal? Tendo verificado, como já foi demonstrado, numa reunião passada que haveria um superávit de 60%, ou seja, pela água que cobrávamos aos munícipes a Câmara tinha 60% de lucro, e o que decidiu foi, reduzir a fatura da água e aumentar a fatura dos resíduos, para cumprir os custos e para que não tivéssemos que devolver, o que estava previsto na candidatura dos bio-resíduos que era, aproximadamente, um milhão de euros.

Quem, na altura, assinou o documento não anteviu, ou não percebeu que a Câmara não estaria em condições porque à data os objetivos estavam muito abaixo, era impossível atingir aqueles objetivos, tanto pelo Município da Moita com outros municípios e o que a Câmara Municipal da Moita fez para atingir aquele objetivo foi baixar o valor da água e subir, proporcionalmente, as outras taxas para que o valor global da fatura ficasse similar ao que se praticava, ficando, agora, a Câmara deficitária nos valores que as pessoas pagam da água, portanto, aquilo que as pessoas pagam pelo valor da água não cobre os custos de lhes proporcionar água, para poder cumprir e pagar à Amarsul e cumprir os rácios a que estamos obrigados, ou seja, para não penalizar os munícipes esta foi a decisão política que nós assumimos.

Em relação à questão da “Humana” e à forma como ela estava a trabalhar no Município da Moita, deixei em aberto, nessa reunião, a possibilidade de fazerem chegar contributos, foi sinalizada a possibilidade de alguns documentos poderem estar em algum serviço, protocolado com alguma entidade face ao tempo a que, alegadamente, teria sido feito este Protocolo, mas não o encontramos e retirámos a proposta, mas para falar sobre essa matéria vou passar a palavra à Sr.^a Vereadora Sara Silva, que vos poderá explanar melhor esta questão, em particular, que eu acho que é uma questão pertinente para todos e abre aquela que foi sempre a forma de trabalhar que nós não queremos, e queremos fazer diferente.”

Sr.^a Vereadora Sara Silva – Disse que “essa proposta que achamos por bem retirar da última reunião, tinha a ver com a recolha seletiva de têxteis, onde se levantaram, na altura, algumas questões e alguns reparos e, para que não suscitassem dúvidas resolvemos retirá-la, analisá-la para que depois viesse, num futuro próximo, novamente, a ser incluída na Ordem de Trabalhos.

O que pudemos, na altura e de imediato, dar a conhecer foi que, de facto, havia ao longo de todo o Concelho contentores da “Humana” que há muitos anos servem para a recolha de têxteis, portanto, o que nós queremos com esta nova proposta que havemos de trazer é, de facto, que esta articulação e que esta parceria com alguma entidade que faça a recolha de resíduos têxteis, que o faça protocolado porque, efetivamente, aquilo que nós reparámos, e depois de algumas questões que foram levantadas nessa referida reunião, é que não existe qualquer tipo de protocolo com a Associação Humana e não existindo protocolo não há uma autorização de ocupação de espaço público e, conseqüentemente, não há qualquer tipo de contrapartida para o Município e é por isso que nós vamos trazer esse protocolo, numa próxima reunião para que esteja tudo dentro daquilo que é a legalidade e para que possamos então contribuir para aquelas metas que temos de atingir a partir de 2025 e que é, de facto, necessário fazer esta recolha seletiva de forma harmoniosa e conforme a lei exige, por uma empresa certificada e que possamos fazer a recolha de têxteis por todo o Concelho.”

Sr. Presidente – Disse “para que não existam dúvidas sobre aquilo que foi, aqui, afirmado, e para que não fique nada por dizer, o que a Sr.^a Vereadora Sara acaba de nos informar, a todos e para o conhecimento geral, é que existiu durante anos uma entidade que tinha os seus equipamentos de recolha de roupa, sobre o qual não existia nenhum protocolo, e que deveria pagar uma taxa de ocupação de espaço público que nunca foi cobrada, e que, neste caso, a operação nem sequer está licenciada e já identificámos outra situação depois disto tudo, ficámos atentos, fomos tentar saber se haveriam mais situações, iguais ou análogas, a esta, em outros locais do Concelho e identificámos que no Gaio existe uma situação igual, só que desta feita, alegadamente, teria sido autorizada por um Presidente de Junta, algo que podemos verificar ou avaliar, mas com a Câmara Municipal não foi de certeza, porque não existe autorização por parte da Câmara Municipal, ou seja, estas situações cada vez que tentamos avançar levantam-se algumas questões, e bem, e quando vamos a “destapar” o problema aparece-nos problemas maiores.

Durante anos e anos esta entidade operou no Concelho da Moita sem protocolo, sem licença, não foram cobradas taxas, não foi feito nada e ainda vamos só em dois anos de mandato, estou certo de que ainda encontraremos mais situações similares que agora não estamos a antever, dado aquilo que tem vindo a ser o histórico, mas, como disse, nós estamos do lado da solução, queremos resolver, sanadas e resolvidas estas questões com estas entidades queremos é fazer as coisas como têm que ser feitas, a bem da população, em geral, e dos munícipes da Moita, em particular.

Nada mais a dizer em relação a esta situação, que como se comprova não havia protocolo, e não sei em que medida é que foi ofertado, tal como foi dito na reunião privada, um cheque à Câmara Municipal da Moita, ou um prémio para irem receber de uma determinada entidade, mas isso poderemos ir visitar as atas, sobre aquilo que foi dito e qual era a relação que a Humana tinha com esta entidade, neste caso com a Câmara Municipal, à altura dos factos.”

Sr.^a Vereadora Vivina Nunes – Disse “Sr. Presidente, na pergunta que fiz sobre, porque é que tinha sido aumentado de 50 para 60€, e não está nos novos contratos com as entidades os 60€, e estava 50, foi-me respondido que foi por proposta, e eu pergunto por proposta de quem? Porque ninguém me respondeu aquilo que eu perguntei. Foi da responsabilidade da Câmara Municipal? Foi da responsabilidade do parceiro? Foi da responsabilidade do agrupamento que tem o contrato interadministrativo? É só isto que eu quero ver respondido.

Sobre as últimas questões que o Sr. Presidente acabou de dizer, eu já disse várias vezes, nesta reunião, ao Sr. Presidente que nós absteremo-nos porque o PS iria votar contra a uma auditoria à Câmara Municipal. Nós estamos muito à vontade para que a faça. Sabemos que já têm vindo várias entidades fazer auditorias à Câmara Municipal, não conhecemos nenhum relatório, mas gostaríamos de os conhecer porque não os conhecemos, portanto, chega de “mandar coisas para ar” sem fundamento e uma prova dada, que o Sr. Presidente quando não se lembra inventa, desculpe dizer-lhe esta palavra, mas o Senhor inventa, porque o que se falou foi que houve um prémio, e que foi um quadro que está no Gabinete do Presidente, ou estaria ali na entrada exposto, e não se falou em cheque, olhe que de um quadro para um cheque é preciso ter muita criatividade, Sr. Presidente.”

Sr. Presidente – Disse “dar nota do seguinte, aqui ninguém inventa nada, estávamos a falar dos contributos e do que é que tinha sido, ou não, feito de retorno para a Câmara Municipal em torno desta matéria. A Sr.^a Vereadora, também, disse que havia protocolo, e não há protocolo, lamento informá-la, mas não há protocolo e não querendo insistir mais nesse tema, vou passar a palavra à Sr.^a Vereadora Sara Silva, mas antes de mais, só lhe queria acrescentar uma coisa, é que a Senhora não tem conhecimento das auditorias que estão a decorrer, mas, também, não tem o Presidente da Câmara Municipal, nem os demais Vereadores porque as inquirições e as inspeções continuam a decorrer, e peço imensa desculpa, eu não me meto no trabalho desses técnicos que está a decorrer com toda a normalidade, o Presidente da Câmara Municipal não se imiscui em áreas que não são da sua competência, por isso, não sou eu que vou chegar ao pé dos técnicos para apressarem o trabalho, seja de quem for, farão no tempo e na medida daquelas que são, estritamente, as suas competências. Era só isso que eu queria deixar bem claro, relativamente a essa matéria, no entanto, há outras coisas que não precisam de relatório e estão à vista de todos, não é preciso nenhuma inspeção.”

Sr.^a Vereadora Sara Silva – Disse “Sr.^a Vereadora Vivina, eu penso que classificar sem fundamento o facto da inexistência de um protocolo é no mínimo um bocadinho irresponsável da sua parte, deixe-me que lhe diga, mas, ainda assim, quando colocou a questão e “batia o pé” de que havia protocolo entre a Câmara Municipal e a “Humana”, e onde disse que em 2012 havia umas fotografias onde a “Humana” atribuía um prémio qualquer à Câmara, que eu acho que foi isto que foi falado, se bem me recordo, nós colocámos essa questão, por escrito, à “Humana” e a resposta que eu obtive e que tenho aqui à minha frente diz: “Informo que não foi celebrado um protocolo entre a Humana Portugal e a Câmara Municipal da Moita, e que existiu no passado um acordo, provavelmente, verbal entre ambas as partes para colocação dos contentores no Município da Moita”, portanto, penso que não venho aqui trazer nenhuma mentira e quando falo, penso que, tenho bases para o afirmar, portanto, é isto que eu tenho a dizer sobre esse “sem fundamento” que a Sr.^a Vereadora alega.”

Sr. Vereador Ivo Pedação – Disse “Sr. Presidente, eu sei que a reunião já vai longa, mas os políticos falam muito, portanto, em conclusão, depois de ter ouvido o Sr. Presidente e o Sr. Vereador a falarem em relação às escolas, a conclusão a que eu chego é que ambos acham normal que chova dentro de uma sala de aulas só porque houve chuva e vento forte. Felizmente, não para a agricultura, chove pouco em Portugal porque se houvesse um Inverno mais rigoroso, como antigamente, se calhar, tinha que se mudar o início do ano letivo para a Primavera e a acabar no fim do Verão, para não haver estes problemas.

Em relação às Bolsas de Mérito quando, o Sr. Vereador, me diz que a Associação Rotary Club contribuiu para dar essas mesmas Bolsas, faz-me pensar que a Câmara está a fazer um aproveitamento dessa Associação para atribuir as Bolsas de Mérito, quando foi aprovada uma proposta, em reunião de Câmara, para o fazer, e já lá vão 2 anos e, agora, diz que vai ser para o próximo ano e penso que se refere ao ano letivo 2024/2025.

Para concluir, quando o Sr. Presidente diz que em relação às Urgências do Hospital do Barreiro não é aqui que se tem que discutir, eu não concordo e preocupo-me, porque nós representamos os cidadãos do Concelho da Moita, e o único sítio onde podem ser atendidos, numa Urgência, é no Hospital do Barreiro, e se não conseguirem ser atendidos é uma preocupação que nós devemos ter, não é uma preocupação do Ministério da Saúde, é nossa porque somos nós que os representamos e devemos lutar para que isso não aconteça, portanto, outra conclusão que eu retiro das palavras do Sr. Presidente é que a saúde dos cidadãos da Moita não é preocupação sua.”

Sr. Presidente – Disse que “cada um é livre de tirar as suas conclusões, portanto, eu não o posso convencer de algo, quando o Senhor não está predisposto para ouvir e assimilar de uma forma escorreita e clara, aquilo que temos para transmitir, ou seja, o que foi dito nas intervenções, tanto na minha, como na do Sr. Vereador António Pereira, foi que estavam a ser feitas intervenções nos espaços educativos, de diferentes tipos e de diferentes níveis, em momento algum ouviu desvalorizar a questão relativa ao facto de chover nas escolas, o que eu disse, especificamente, foi que “houve uma tempestade”, enquanto o que você disse foi “se fosse um Inverno rigoroso, como antigamente”, mas agora o que temos é, se fosse como antigamente, se calhar, não chovia dentro das escolas porque, atualmente, os fenómenos climatéricos são mais adversos, ou seja, chove num curto espaço de tempo uma grande quantidade de água e, às vezes, acompanhada de rajadas de vento muito fortes que, neste caso, foram entre 70 e 100km/h, tal como fui informado pela Proteção Civil, e é público, uma vez, que foi publicado, e dado nota disso, nas nossas redes sociais para que a nossa população se pudesse preparar para o efeito e, como o Senhor pôde, certamente, verificar, e daí o nosso trabalho, de adaptação às alterações climáticas, de o edificado e o espaço público estarem preparados para acolher um determinado grau de precipitação por m², portanto, o que lhe estou a dizer é que chove muito mais e com muito mais vento, logo, a probabilidade de, aqui ou ali, haver uma telha partida, fruto das condições climatéricas adversas que em alguns pontos do País levantaram coberturas é muito mais provável que isso aconteça.

Em relação às bolas, ou à falta de manutenção das caleiras, que aqui faz referência, devo lembrar que não é à chuva que as crianças jogam à bola, e que o ano escolar começou em setembro, estamos, praticamente, no início de novembro e por isso, quando subimos à cobertura e verificámos que existiam bolas não sabemos dizer desde quando. O que lhe foi dito é que foi feita uma inspeção, de imediato, ao local, e que agora havia uma depressão na cobertura e que havia algumas telhas partidas, com certeza que foi lá alguém para verificar a cobertura, portanto houve trabalhos de inspeção, e seria por isso que se concentrava a água e acabava por sair, portanto, basta estarmos atentos e ouvirmos que encontramos todas as explicações.

Em relação ao SNS, respondi-lhe à luz das nossas responsabilidades, e aquilo que está a ser feito nos Centros de Saúde, claro que se houver algum constrangimento nas urgências hospitalares do Barreiro é uma preocupação nossa, mas o que eu lhe respondi foi, relativamente, aquilo que é da nossa competência, e é tanta a nossa preocupação com a saúde dos nossos municípios que fizemos uma Unidade Móvel, e até exortei, a outras entidades, para aderirem ao projeto “Bata Branca”, porque se as pessoas tiverem mais atentas aos cuidados de saúde primários deixarão de ir, tanto, às urgências porque, das reuniões que tivemos, ficámos a saber que os Concelhos de Administração dos Hospitais dizem que, muitas das pessoas que vão às urgências podem ser tratadas nos cuidados de saúde primários, portanto, o que temos que fazer é arranjar formas e meios para que as pessoas sejam bem atendidas nos cuidados de saúde primários para que só irem às urgências do Hospital em casos realmente urgentes.

Há, também, quem queira destabilizar o nosso SNS e, em particular, o Centro de Saúde da Baixa da Banheira, mas fizemos questão de levar lá os médicos para mostrar que a obra estava a decorrer de acordo com o previsto, e ouvir diretamente o diretor de obra porque estavam a passar informação, aos médicos, que a obra estava parada e não estava a ser cumprida pelos mesmos do costume, tal como eu disse, na última reunião, houve uma pessoa que sem autorização da Câmara Municipal, entrou na obra, sem autorização do dono da obra evadiu a obra e se se entra num espaço para o qual não tem credenciais para aceder é considerado uma invasão, se queria entrar, pedia autorização.

Os Srs. Deputados Municipais, os Srs. Vereadores podem pedir uma visita à obra, os partidos políticos podem pedir visitas às instituições, como sempre se fez, agora “à socapa” isso não, e depois virem veicular informações que não correspondem à verdade? Assim é muito complicado, depois obriga a Câmara Municipal a levar os profissionais de saúde ao local, para eles verem com os próprios olhos o andamento das obras, e isso sim é motivar os técnicos porque senão, muitos deles na Baixa da Banheira, já se estavam a preparar para irem embora.

Os médicos a acreditar nos boatos que circulavam já se estavam a preparar para se irem embora, e isso sim causa dano à nossa população, isso sim causa dano aos nossos municípios, temos que ter responsabilidade, na política não vale tudo! Não pode valer tudo! Temos que ser muito responsáveis, nas nossas ações, nos nossos atos, por isso, da nossa parte vamos continuar a manter uma linha aberta com todos os profissionais de saúde do nosso Concelho, mesmo para que a desinformação não circule e para manter os índices motivacionais dos nossos profissionais de saúde, que é isso que garante a paz no que diz respeito ao Concelho da Moita, é o nosso, pequeno, contributo para a paz no SNS no Concelho da Moita, para que sítios de excelência, que já fazem um bom trabalho, o continuem a desenvolver, pretendemos apoiar todas as organizações.

Em relação à proposta que disse que nós retirámos, voltará uma outra proposta visando sanar todas as questões atrás referidas e em relação a essas, temos um email para que possa ver, não existe qualquer protocolo, e para isso não é preciso cá vir uma auditoria, é a entidade externa com a qual os antigos responsáveis dizem ter havido protocolo que nos informa que este nunca existiu, por isso, escusamos de estar a chatear mais os trabalhadores da Câmara para andar a procurar nas gavetas e nos armários, nos dossiers e em toda a parte a procurar uma coisa que a entidade já nos disse que não existe, e isso também é fácil de ver na ata da Reunião Privada, porque a reunião é privada, mas as atas são públicas, podem ir verificar, às atas, com toda a calma tudo o que foi dito sobre essa questão.”

Sr. Vereador António Pereira - Disse que “os acordos são tripartidos são compostos pelo Município, o agrupamento de escola, cada um deles, e estas duas entidades que são parceiras para os seis agrupamentos e é definido de acordo com aquilo que é a proposta do parceiro e é validado por parte do Município e dos agrupamentos de escolas e, para além, das reuniões com as comissões de acompanhamento nesta área específica que é a “Escola a Tempo Inteiro” fazemos questão de as levar a todos os Conselhos Gerais dos agrupamentos das escolas e as respostas são diferenciadas, e como já disse, umas são gratuitas, outras são de acordo com a situação socioeconómica de cada família, e há uma outra que é suportada, para já e para este ano letivo, nesta proposta de ser o financiamento a partir do agregado familiar e que tem este valor, que foi definido e que vai ser de acordo com as condições que nós queremos e que possam ter estes parceiros por forma a poderem ter os seus recursos humanos e toda a capacidade para colocar em prática este apoio.

Foi de acordo com uma proposta, esta proposta são destes dois parceiros, que estão com a Câmara, que definiram um valor de funcionamento para garantirem os recursos humanos e aquilo que é a necessidade para colocar em funcionamento esta componente de apoio à família, e onde há três respostas, cada uma com a sua especificidade, como atrás referi, ou seja, umas são totalmente gratuitas para as famílias, outras de acordo com a sua situação socioeconómica, de acordo com 4 escalões, e relativamente a esta componente de apoio à família é um valor tem o montante definido de 60€ por mês, de segunda a sexta-feira, para o período da manhã e para o da tarde, em que não

sendo obrigatório para os pais, é uma solução e uma resposta da qual já estão a ser beneficiadas 350 crianças, portanto é esta a condição, neste valor para este ano letivo, para o próximo ano letivo se o Município estiver na condição de poder encontrar outras soluções porque gostávamos, que no futuro, estas respostas possam atender a outras condições por forma a chegar a mais crianças, por isso deixámos de não ter nada para passarmos a ter 16, e passámos de 0 crianças a 350 e, no futuro, continuaremos a avaliar, juntamente, com os parceiros e os agrupamentos.

Respondendo ao Sr. Vereador Ivo Pedação, não vou duplicar aquilo que o Sr. Presidente já disse, das salas e do nosso entendimento, não se pode estar a deturpar aquela que é a nossa informação relativamente a estas condições, que não são aceitáveis e que nós estamos a agilizar e tenta resolver. Quanto às Bolsas de Mérito também fui explícito, tivemos este ano com um projeto de uma entidade parceira, uma entidade local, que faz a atribuição de bolsas, no seu projeto, e que nós nos associámos, e assim fizemos a entrega a 14 jovens, que foram premiados com essa bolsa. Para o próximo ano letivo 2023/2024 estaremos na condição de poder fazer a atribuição das bolsas por via de um reforço, seja neste projeto, ou noutra mais autónoma, e é nisso que estamos a trabalhar nas Grandes Opções do Plano, já para o próximo ano, por forma a poder contemplar estas Bolsas de Mérito, é essa a condição.”

Sr.^a Vereadora Vivina Nunes – Disse “Sr. Presidente, eu continuo sem perceber quem é que estipulou os 60€, se foram as três entidades e se o acordo, não é um protocolo, é um acordo, que foi feito entre as três entidades diz no primeiro acordo que é 50€ e neste não fala em números, como é que nós, aqui, justificamos o aumento de 10€? É só isso.”

Sr. Vereador Ivo Pedação – Disse “Sr. Presidente, em relação ao clima, desde sempre houve estas variações climáticas, agora dão-lhes nome e fazem parecer que são fenómenos anormais, mas como foi dito pelo Sr. Vereador António Pereira, foi uma das escolas mais recentes que mostrou mais fragilidades a estas condições climáticas adversas. Queria sublinhar que me enviaram um vídeo que mostrava que, as crianças nos balneários do Pavilhão da Escola Mouzinho da Silveira, tinham água nos pés, pelo menos, 3 cm, certamente, que os Srs. não querem mencionar que não houve manutenção, durante muitos anos, nas escolas porque era e sempre foi o vosso Partido que esteve no Governo, mas acho que por vezes temos que admitir determinadas situações, nomeadamente, dizerem que houve falta de manutenção nas escolas e que, agora, estão a fazer os possíveis para reverter esta situação mas que não conseguem chegar a todo o lado, é simples.

Já agora, se tiverem relatórios da manutenção, ou da verificação as escolas, agradecia que os fizessem chegar ao meu gabinete.”

Sr. Presidente – Disse “Em relação às questões colocadas, acho que o Vereador António já respondeu às questões, depois se houver alguma questão prática, o Sr. Vereador pode fazer chegar os esclarecimentos e as dúvidas, por escrito, como sempre o fez.

Percebo o que o Sr. Ivo Pedação está a querer dizer e o Sr. Vereador, certamente, não quer deixar a impressão que não acredita nas alterações climáticas e neste tipo de fenómenos adversos, e que está só a querer dizer que sempre houve fenómenos extremos e estes que, agora, acontecem com maior intensidade e com maior frequência, é uma realidade inegável e comungada por toda a comunidade científica.”

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

As propostas abaixo transcritas foram apresentadas pelo Sr. Presidente.

1. CONTRATOS-PROGRAMA 2023 COM INSTITUIÇÕES SOCIAIS DO CONCELHO
APOIO DESENVOLVIMENTO ATIVIDADES E OBRAS DAS ENTIDADES SOCIAIS DO CONCELHO

“A Câmara Municipal da Moita reconhece a importância do movimento associativo e instituições com intervenção social como um dos principais impulsionadores da participação democrática e da dinamização cultural, desportiva e social, sendo o seu papel insubstituível na valorização social e na formação cívica dos seus associados, assente em valores, como a solidariedade, a igualdade, a cidadania e a democracia.

A Rede Social, criada pelo Decreto-Lei n.º 115/2006 de 14 de junho, vem estabelecer e consolidar um trabalho de parceria alargada, incidindo na planificação estratégica da intervenção social local, abrangendo os atores sociais de diferentes naturezas e áreas de intervenção, visando contribuir para a erradicação da pobreza e da exclusão social e para a promoção do desenvolvimento social ao nível local.

É sob esta premissa que a Câmara Municipal da Moita reconhece estas entidades, como parceiros privilegiados na promoção de projetos e respostas de âmbito local, de proximidade e apoio às populações, assente nos princípios enunciados da Rede Social, nomeadamente a subsidiariedade, a integração, a articulação, a participação, a inovação e a igualdade de género e de oportunidades.

Assim, e considerando:

1. As atribuições dos municípios consagradas no artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, nos domínios da cultura, dos tempos livres e desporto, da ação social e promoção do desenvolvimento;
2. A competência da câmara municipal, nos termos das alíneas o), p) e u), do artigo 33.º a Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, no âmbito da concessão de apoio financeiro ou de qualquer outra natureza a instituições legalmente constituídas, com vista à execução de obras, à realização de eventos de interesse para o município ou ao desenvolvimento de atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra, incluindo aquelas que contribuam para a promoção da saúde, da prevenção das doenças e da inclusão de grupos de pessoas em situação de maior vulnerabilidade;
3. Os documentos apresentados, de suporte à decisão e atribuição do subsídio, nomeadamente: Plano de Atividades do ano corrente, Plano Anual de Desenvolvimento Social, Relatório de Execução de projeto e a promoção de respostas sociais, suscetíveis de apoio no seu desenvolvimento, funcionamento, logística e requalificação dos espaços existentes;
4. A necessidade imprescindível de garantir a eficácia, a racionalização dos recursos existentes e a transparência na atribuição dos apoios e participações de acordo com uma estratégia de prioridades, que procura na dinâmica comunitária associativa, respeitando a sua autonomia, contribuir para o desenvolvimento sustentado das atividades, num processo de parceria, dotando as entidades dos recursos financeiros necessários ao bom desenvolvimento da sua atividade e promoção de respostas de qualidade;

Propõe-se de acordo com o artigo 23.º, n.º 2, alínea e), f), g), h) e m) e artigo 33.º, n.º 1, alínea o), p) e u) da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, a celebração de contrato-programa de desenvolvimento social entre o Município da Moita e as seguintes entidades:

- 1 - Fundação Santa Rafaela Maria: 5.000,00€, para apoio às obras de beneficiação do Palacete;
- 2 - Raríssimas - Associação Nacional de Deficiências Mentais e Raras: 2.500,00€, para apoio na aquisição de aparelho de ar condicionado;
- 3 - Associação Social de Pais e Amigos "Os Rebeldes": 800,00€, para apoio às atividades dirigidas às pessoas com deficiência.

Total global dos apoios: 8.300,0€

A comparticipação considerada tem cabimento na rubrica 07011535 - Gestão de Projetos Sociais, no valor total de 8.300,00€ (oito mil e trezentos euros)."

Após a apresentação da proposta foi a mesma colocada à discussão, não havendo intervenções foi submetida a votação tendo sido aprovada por unanimidade.

2.A. CONTRATOS-PROGRAMA 2023 COM ASSOCIAÇÕES CULTURAIS, DESPORTIVAS E CIDADANIA

"O Associativismo, nas suas variadas formas, é uma área de grande relevância a nível nacional e no Concelho da Moita, demonstra o resultado de um historial democrático e participativo, dinamizador de atividades culturais, desportivas e sociais.

Neste contexto, a Câmara Municipal da Moita é uma parceira das associações e entidades e reconhece-lhes o papel imprescindível como principal interlocutor na valorização social e na formação cívica da sua comunidade e associados, assente em valores solidários e de igualdade.

Sabendo ainda que as diversas comparticipações financeiras têm enquadramento no Programa de Intervenção Municipal para o Associativismo;

E considerando ainda:

1. As atribuições dos municípios consagradas no artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, nos domínios da cultura, dos tempos livres e desporto, da ação social e promoção do desenvolvimento.
2. A competência da Câmara Municipal, nos termos das alíneas o), p) e u), do artigo 33.º a Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, no âmbito da concessão de apoio financeiro ou de qualquer outra natureza a instituições legalmente constituídas, com vista à execução de obras, à realização de eventos de interesse para o município ou ao desenvolvimento de atividades natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra, incluindo aquelas que contribuam para a promoção da saúde e prevenção das doenças.
3. A necessidade imprescindível de garantir a eficácia e a transparência na atribuição dos apoios e comparticipações de acordo com uma estratégia de prioridades, que procura na dinâmica comunitária associativa, respeitando a sua autonomia, contribuir para a democratização e o desenvolvimento sustentado das atividades num processo de parceria.

4
7
4

Propomos de acordo com o artigo 23.º, n.º 2, alínea e), f), g), h) e m) e artigo 33.º, n.º 1, alínea o), p) e u) da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, a celebração de contrato-programa de desenvolvimento, entre o Município da Moita e:

- Associação de Desportos Náuticos Alhosvedrense "Amigos do Mar", 2ª revisão
- Associação Escola de Atletismo Moita Tejo
- Associação Manhãs D'Ambição
- União Desportiva e Cultural Banheirense, 3ª revisão
- União Futebol Clube Moitense, 1ª revisão

As comparticipações consideradas têm cabimento nas seguintes rubricas:

Valor total a cabimentar por rubrica de plano e orçamento	
Acção 22/03 - 01.02.08.07.01.05 Ap. Mov. Assoc. Investimentos	43 419,50 €
Acção 17/07 - 01.02.04.07.01.02.99 Ap. Assoc. Cult. e Desp.	5 934,44 €
TOTAL	49 353,94 €

O Sr. Presidente disse que "fazer referência a uma situação em particular, nomeadamente, vamos dar um apoio muito significativo, e com alguma simbologia, para além de outros apoios que já temos vindo a dar a outras entidades, clubes e associações, seja por elaboração de projetos, seja comparticipação nas candidaturas, onde a Câmara participa até 20% (no máximo de 150.000€). A Câmara tem dado esses apoios, mas depois há outras entidades que por motivos vários não tido a possibilidade de se candidatar, a determinado tipo de candidaturas porque é necessário fazer, ainda, algum trabalho, trabalho esse que a Câmara está a apoiar, e é nesse sentido, que a Câmara, fruto desses apoios que irá continuar a dar para fazer o levantamento e o projeto do atual campo do União Banheirense para que fique tudo de forma regular, os nossos serviços estão a trabalhar no sentido de ajudar para que, mais tarde, estas entidades possam fazer as suas candidaturas a projetos, ou seja, fazer o levantamento da candidatura existente porque todos sabemos que havia um projeto inicial, e fruto do que foi executado, o que foi executado não está conforme o projeto, inicialmente, previsto, agora, para se candidatarem, terão que o fazer com base no que está realmente executado e é por isso que existe esta diferença e a Câmara está a colaborar para fazer esse levantamento, para que tão rapidamente como possível se poderem candidatar a um conjunto alargado de programas que possam abrir o apoio ao desporto e ao desporto para todos.

A Câmara Municipal vai apoiar, significativamente, o União Banheirense para a aquisição de bancadas, que serão amovíveis e que darão ao clube outra capacidade e outras ferramentas, portanto, um novo fulgor e, assim, os associados do clube, e aqueles que queiram lá ir ver os jogos, terão outras condições para ver os jogos, tal como os pais para que possam acompanhar a prática desportiva dos seus filhos. As características do equipamento que o União Banheirense pretende instalar serão bancadas amovíveis, que em determinadas iniciativas poderão ser deslocalizadas e dizer-vos que, este ano a Câmara Municipal alugou, na Baixa da Banheira, aquelas bancadas que foram utilizadas nas marchas e se este equipamento existisse, se calhar, haveria a possibilidade de desenvolver este trabalho de outra forma e a Câmara Municipal, possivelmente, já não teria que alugar esse equipamento, ou seja, este equipamento com que vamos dotar o União Banheirense é um equipamento que fica para o futuro, que ficará a cargo do União Banheirense e que lhes dará muitas mais ferramentas para que eles possam trabalhar e continuarem a ter todos os sucessos desportivos, e que a Câmara continuará a



apoiar as outras organizações e a outras instituições como o temos vindo a fazer e era esta a justiça que queríamos fazer com este clube da Baixa da Banheira que, anteriormente eram três clubes, que se uniram para ter melhores condições para a prática desportiva e nós queremos desta forma fazer justiça para com aqueles que, no passado, se uniram para ter melhores recursos, sendo certo, que a Câmara tem recursos limitados mas faremos tudo o que estiver ao nosso alcance para apoiar o União Banheirense, naquela que é a sua missão, a sua visão e naqueles que são os seus objetivos. Não conseguiremos fazer tudo de uma vez porque existem mais, clubes, instituições e associações, mas achámos que este era o momento de fazer a diferença naquele local, em particular, para que eles possam fazer a diferença no panorama desportivo regional.”

Não havendo mais intervenções foi a proposta submetida a votação tendo sido aprovada por unanimidade.

O Sr. Presidente fez da sua intervenção Declaração de Voto, em nome dos eleitos do PS.

2.B. CONTRATOS-PROGRAMA 2023 COM ASSOCIAÇÕES CULTURAIS, DESPORTIVAS E CIDADANIA

“O Associativismo, nas suas variadas formas, é uma área de grande relevância a nível nacional e no Concelho da Moita, demonstra o resultado de um historial democrático e participativo, dinamizador de atividades culturais, desportivas e sociais.

Neste contexto, a Câmara Municipal da Moita é uma parceira das associações e entidades e reconhece-lhes o papel imprescindível como principal interlocutor na valorização social e na formação cívica da sua comunidade e associados, assente em valores solidários e de igualdade.

Sabendo ainda que as diversas comparticipações financeiras têm enquadramento no Programa de Intervenção Municipal para o Associativismo;

E considerando ainda:

1. As atribuições dos municípios consagradas no artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, nos domínios da cultura, dos tempos livres e desporto, da ação social e promoção do desenvolvimento.
2. A competência da câmara municipal, nos termos das alíneas o), p) e u), do artigo 33.º a Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, no âmbito da concessão de apoio financeiro ou de qualquer outra natureza a instituições legalmente constituídas, com vista à execução de obras, à realização de eventos de interesse para o município ou ao desenvolvimento de atividades natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra, incluindo aquelas que contribuam para a promoção da saúde e prevenção das doenças.
3. A necessidade imprescindível de garantir a eficácia e a transparência na atribuição dos apoios e comparticipações de acordo com uma estratégia de prioridades, que procura na dinâmica comunitária associativa, respeitando a sua autonomia, contribuir para a democratização e o desenvolvimento sustentado das atividades num processo de parceria.

Propomos de acordo com o artigo 23.º, n.º 2, alínea e), f), g), h) e m) e artigo 33.º, n.º 1, alínea o), p) e u) da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, a celebração de contrato-programa de desenvolvimento, entre o Município da Moita e:

- Associação de Geminação da Baixa da Banheira

As participações consideradas têm cabimento nas seguintes rubricas:

Valor total a cabimentar por rubrica de plano e orçamento	
Acção 17/07 - 01.02.04.07.01.02.99 Ap. Assoc. Cult. e Desp.	500,00 €

Após a apresentação da proposta foi a mesma colocada à discussão, não havendo intervenções foi submetida a votação tendo sido aprovada por unanimidade.

A Srª Vereadora Vivina Nunes ausentou-se da sala e não votou o apoio à Associação de Geminação da Baixa da Banheira por pertencer aos Órgãos Sociais.

E nada mais havendo a tratar foi pelo Sr. Presidente encerrada a reunião, sendo a respetiva ata aprovada em minuta. Eram dezassete horas e quarenta minutos. E eu, Paula Graça, Coordenadora Técnica nesta Câmara Municipal, redigi a presente ata que assino com o Sr. Presidente da Câmara.

Todas as intervenções feitas aquando da apresentação das propostas encontram-se devidamente registadas em formato digital (MP3), ficando os mesmos a fazer parte integrante desta ata.

O PRESIDENTE DA CÂMARA

A COORDENADORA TÉCNICA